

CAMPANHA SALARIAL DAS ELÉTRICAS 2019 / 2020

Trabalhadores (as) participaram de Seminário de Planejamento e aprovaram Pauta de Reivindicações

O SINTRACOM-BA visitou diversos canteiros e os trabalhadores (as) das empresas prestadoras de serviços de energia elétrica (Coelba) atenderam ao chamado e participaram do Seminário de Planejamento da Campanha Salarial 2019/2020, promovido no dia 20/07, no auditório do Sindicato (Barroquinha).

A economista e supervisora técnica do DIEESE, Georgina Dias, fez palestra sobre conjuntura econômica e o advogado e diretor da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABAT, Dr. Jorge Lima, falou sobre a Medida Provisória 881, que suspende as regras que vedam trabalho nos fins de semana e feriados, e é mais um ataque do governo Bolsonaro aos direitos trabalhistas.

Trabalhadores (as) presentes aprovaram a pauta, com reivindicação de 8% de reajuste, e após elaboração do texto final, será encaminhada ao patronato, para dar início às negociações da Campanha Salarial.

Os presidentes do SINTRACOM-BA, Carlos Silva, e da FETRACOM-BASE, Edson Cruz, e o diretor Jurídico do Sin-



Seminário reuniu trabalhadores (as) das elétricas

dicato, Amilton Otávio, conclamaram os trabalhadores (as) a se unirem ao Sindicato, para fortalecer a luta. É fundamental a participação de cada um de nós e de todos nas assembleias e mobilizações nos canteiros, para que a categoria consiga melhorias e um bom reajuste.

Fiquem atentos, pois vamos divulgar no site as atividades da Campanha Salarial.

Participe! Quem Luta Conquista!



Aprovada Pauta de Reivindicações da Campanha



DDS na Engelmig

LEIA MAIS NA PÁG. 2:

**Em Defesa da Vida:
Não à Redução
das NRs**

**MP 881:
Mais um ataque
aos direitos
trabalhistas**



A luta na Dínamo



No canteiro da JF Steel



**DISQUE
DENÚNCIA
71 3496-6238**

RESISTÊNCIA: REAJA E LUTE!

Redução das NRs vai causar aumento de acidentes de trabalho Tem luta no Dia Municipal em Memória às Vítimas (09/08)



**Audiência Pública
no Sindicato dos Bancários**

Em 9 de agosto, Dia Municipal em Memória das Vítimas de Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais, o SINTRACOM-BA, a FETRACOM-BASE e diversas entidades realizam um dia de lutas, com mobilizações em empresas e canteiros de obras, em defesa das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho e Contra a Medida Provisória 881.

No dia 19/07, diretores do SINTRACOM-BA participaram de audiência pública no Sindicato dos Bancários da Bahia, juntamente com representantes do Ministério Público do Estado,



**Dirigentes de diversas
entidades e Sindicatos**

Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Forumat, entidades e Sindicatos que atuam em defesa da vida e no combate à precarização e aos acidentes de trabalho.

Alertaram à sociedade sobre as medidas propostas pelo governo Bolsonaro, que reduzem em 90% as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho. As NRs são fundamentais para minimizar os riscos à saúde e segurança dos trabalhadores (as) e a redução vai aumentar os acidentes de trabalho.



**Carlos Silva e diretores
participaram da vigília**

Participaram da Audiência Pública, o presidente do SINTRACOM-BA, Carlos Silva, o diretor de Imprensa, Florisvaldo Bispo, o diretor de Saúde e Segurança, Arilson Ferreira, Hercília Conceição, da Comissão de Saúde, e Edmilson Rodrigues, diretor da FETRACOM BASE.

A luta não para: dia 10/07 teve vigília na Praça da Piedade, contra a votação da Reforma da Previdência, com a presença de diretores do SINTRACOM-BA. Dia 13/08, a CTB e demais centrais convocam mobilizações em todo o país no Dia de Luta.

MP 881 é mais um ataque do governo Bolsonaro aos direitos trabalhistas

O parecer apresentado pelo relator da MP 881, consegue piorar o que já era ruim na Medida Provisória. É um ataque ainda mais agressivo a diversos direitos. Quem diz isso é o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, que é também advogado, Augusto Vasconcelos.

Ele faz uma análise do relatório, aprovado no dia 11/07, que propõe acréscimos como a criação de regime especial de contratação "anticrise" que vigoraria enquanto o desemprego não

ficar abaixo de 5 milhões de pessoas, por 12 meses consecutivos.

Nesse regime, ficam suspensas as regras que vedam o trabalho aos finais de semana e feriados, e também artigos da CLT que estabelecem jornadas especiais de trabalho, e a proibição de contrato de trabalho por prazo determinado de mais de 2 anos. O PLV será votado na Câmara dos Deputados, depois no Senado.

O texto prevê ainda a dispensa de CIPA (Comissão Interna de Prevenção

de Acidentes) em situações específicas, altera dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e dispensa de envio da Guia de Previdência Social aos Sindicatos.

"Nós trabalhadores não somos os culpados pela crise no país, somos vítimas da falta de empregos e oportunidades para o nosso povo. Até agora o governo não apresentou uma proposta concreta para retomada do crescimento econômico, enquanto milhares de pessoas sofrem sem alternativa", denuncia Augusto Vasconcelos.